



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,  
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA  
VISUAL: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DA  
COMUNIDADE DE PINDORAMA IUÍU-BAHIA**

VAGNA NOGUEIRA DOS SANTOS

ORIENTADORA: ROSANIA APARECIDA STOCO DE OLIVEIRA

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

VAGNA NOGUEIRA DOS SANTOS

**O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA  
VISUAL: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DA  
COMUNIDADE DE PINDORAMA IUÍU-BAHIA**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em  
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,  
do Departamento de Psicologia Escolar e do  
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Rosania Aparecida Stoco de Oliveira.

BRASÍLIA/2015

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

VAGNA NOGUEIRA DOS SANTOS

### **O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DA COMUNIDADE DE PINDORAMA IUÍU-BAHIA**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

ROSANIA APARECIDA STOCO DE OLIVEIRA (Orientadora)

---

RUTE NOGUEIRA DE MORAIS BICALHO (Examinadora)

---

VAGNA NOGUEIRA DOS SANTOS (Cursista)

BRASÍLIA/2015

## DEDICATÓRIA

Mãe há inúmeras razões de dedicar este trabalho a você, mesmo distante dos meus olhos mas presente ao lado de Deus, nunca te esquecerei.

Agradeço a Deus, por ter me dado a oportunidade de ser sua filha, você deixou muitos bons exemplos para que seus filhos pudessem trilhar.

Tudo que sou hoje, foi por causa de suas batalhas, para criar seus filhos, mesmo sozinha, não nos abandonou.

Tudo que conquistei até o momento foi pra te fazer feliz aonde quer que você esteja.

A tua garra feminina me traz inspiração para que possa ser um ser humano melhor a cada amanhecer.

Obrigada mãe, por fazer parte da minha vida.

Te amo!

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me dado saúde e forças para superar as dificuldades.

A esta Universidade, ao corpo docente, direção e administração por ter me dado o voto de confiança para fazer parte dessa instituição e por abrir janelas que hoje vislumbro num horizonte superior.

Em especial a minha orientadora Rosania Aparecida Stoco de Oliveira, pelo o suporte com o pouco tempo que lhe coube, pela a suas correções, paciência e incentivos.

Aos meus pais, meus irmãos, meus filhos e meu esposo pelo o amor incondicional.

Aos meus colegas educadores, e àqueles que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

## RESUMO

Sabemos que a educação inclusiva deve ser pautada em direitos constitucionais e que todo cidadão deve ser respeitado em suas diferenças. A prática da inclusão fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 determina que todas as crianças devem, sempre que possível, aprender juntas, independente de suas dificuldades e diferenças, partindo da convicção de que todas elas são capazes de aprender. Sendo assim, este estudo teve como objetivo estudar o processo de inclusão de alunos com deficiência visual, do 6º Ano do Ensino Fundamental II, em uma escola pública da comunidade de Pindorama Iuíu-BA, neste trabalho denominada de Escola RL. Os participantes desta pesquisa foram os profissionais que atuam na Escola RL: 3 (três) professores, e indiretamente, alunos com deficiência visual, do 6º Ano do Ensino Fundamental II. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram observações e questionário aplicados aos professores pesquisados. Com base na pesquisa ficou evidente que na medida do possível a escola procura trabalhar a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, que neste trabalho focou os professores que atendem deficientes visuais, visando o bem comum. Porém, ainda há muito a ser feito em prol da educação inclusiva destes alunos e um dos fatores contribuidor para tal é por não ter educadores com formação na área de inclusão. Ficou também evidente que os professores necessitam de uma formação em braille. Portanto, uma escola para ser inclusiva é preciso acolher, aceitar, incluir e valorizar os seus discentes independente de suas diferenças e limitações, sem com tudo camuflá-las ou fingir que elas não existam, enfim, garantindo a igualdade de direitos de todos os educandos.

**Palavras-chave:** inclusão escolar, aprendizagem, alunos com necessidades educacionais especiais, deficientes visuais.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	<b>06</b>
<b>1 APRESENTAÇÃO</b>	<b>08</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>12</b>
2.1 Inclusão Escolar x Legislação	12
2.2 Diversidade, Deficiência e Cidadania	17
2.3 A Pessoa com Deficiência Visual e a Aprendizagem Escolar	19
2.4 Inclusão Escolar: um dos grandes desafios encontrados na educação	23
2.5 Identidade e Diferenças na Escola	25
2.6 O Professor e o Processo de Inclusão	27
<b>3 OBJETIVOS</b>	<b>30</b>
<b>4 METODOLOGIA</b>	<b>31</b>
4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia	31
4.2 Contexto da Pesquisa	31
4.3 Participantes	31
4.4 Materiais	32
4.5 Instrumentos de Construção de Dados	32
4.6 Procedimentos de Construção de Dados	33
4.7 Procedimentos de Análise de Dados	33
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>35</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>44</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>48</b>
A - Questionário - Professor (Modelo)	48
B - Protocolo de Observação (Modelo)	50
<b>ANEXOS</b>	<b>51</b>
A - Carta de Apresentação – Escola (Modelo)	51
B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)	52

## 1 APRESENTAÇÃO

A inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil é um grande desafio devido, entre outros fatores, ao despreparo de profissionais e a falta de conscientização da sociedade. A escola inclusiva é um espaço de construção de cidadania e de convivência social do ser humano, durante as primeiras fases de seu desenvolvimento. Ela tem papel primordial no desenvolvimento da consciência dos direitos e deveres do cidadão, já que a criança e o adolescente começam a conviver num coletivo diversificado, fora do contexto familiar.

Inclusão é um recente fenômeno sociocultural que, entre outras características, se configura complexo por evidenciar a separação conflituosa que habitualmente ocorre entre o individual e o social. Como instituição social, existem ainda muitas escolas que apresentam um forte apelo à seletividade. Na tentativa de homogeneizar as pessoas em torno de um padrão referencial, exclui aqueles que por diferentes razões resistem a essa homogeneização. E, para mascarar o processo de exclusão, criam-se diferentes mecanismos de oferta de serviços educacionais ou mesmo terapêuticos para essas pessoas.

Há escolas, onde os gestores escolares são obrigados a serem fieis ao poder público municipal, federal e estadual, e com isso deixam de garantir um atendimento de qualidade aos discentes com necessidades educacionais especiais, apesar de ser um direito garantido pela Lei n. 10.172/2001 (Plano Nacional de Educação) e a Lei n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Na atual conjuntura brasileira, essas leis indicam manter o atendimento da educação especial em um só sistema de ensino, mas com possibilidades de atendimento em lugares diferenciados, como o atendimento em escolas especiais para os alunos que, em razão do grau de dificuldades, exigem adaptações significativas no currículo, que a escola comum não pode proporcionar.

Sendo assim, esta pesquisa teve como objetivo estudar o processo de inclusão de alunos com deficiência visual, do 6º Ano do Ensino Fundamental II, em uma escola pública da comunidade de Pindorama Iuíú-BA, neste trabalho, denominada de Escola RL.

Diante das experiências vividas na área da educação percebo que a cada dia o professor necessita redescobrir novas formas metodológicas para serem aplicadas em sala de aula com os alunos que possuem necessidades educacionais especiais. Sendo assim, este trabalho questionou: como é desenvolvida a prática pedagógica dos professores que trabalham com os alunos deficientes visuais na escola pesquisada?



Mesmo sabendo que os problemas do sistema de ensino no nosso país são grandes, há possibilidades de se quebrar paradigmas e de fazer educação, de forma a assegurar, por meio de ações simples, resultados concretos e positivos.

Educar é uma tarefa árdua, porém, não impossível aos olhos de um bom educador. Vale ressaltar que os alunos devem ser tratados com respeito em todas as fases de sua vida, pois o aluno tratado com respeito e tendo valorizada sua história de vida, sente-se amado, querido na escola em que estuda, pode ser promessa para o país que queremos.

Sendo assim, é necessário que todo educador invista em sua formação continuada, pois isso é primordial para que o educador ofereça uma educação de qualidade aos seus alunos. Jamais o conhecimento de um educador pode ficar estático. É necessário aperfeiçoá-lo a todo momento, pois somos e seremos o principal agente co-responsável pela transformação do saber de cada educando.

Portanto, optei por esse tema porque acredito que sem a prática da educação inclusiva as intuições escolares não podem oferecer um ensino de qualidade aos seus discentes, principalmente os que têm necessidades educacionais especiais. E, sobretudo conhecer de perto a realidade do processo de ensino/aprendizagem na qual os discentes com necessidades educacionais especiais (deficiência visual) da escola citada vêm sendo atendidos.

Assim, por meio da mediação desse processo, pode-se concretizar a chamada sociedade inclusiva, como afirmado no documento da Política Nacional de Educação Especial. Apesar de as necessidades especiais encontradas nas escolas serem amplas e diversificadas (BRASIL, 1994b), a legislação aponta para uma definição de prioridades no que se refere ao atendimento especializado a ser oferecido na escola para quem dele necessitar, colocando em seu bojo um conjunto de objetos destinados a garantir o atendimento educacional ao aluno com necessidades educacionais especiais, preferencialmente na rede comum de ensino, destacando-se entre eles: a) Organização de ambiente educacional menos restritivo possível; b) Conscientização da comunidade escolar para a importância da presença do alunado de educação especial em escolas da rede regular de ensino.

É importante lembrar que o atendimento especializado é um direito do aluno com necessidades educacionais especiais, paralelamente à sua inclusão na classe comum de ensino regular. Respeitar a diversidade significa dar oportunidade a todos de aprender os mesmos conteúdos, com necessárias adaptações em relação a eventuais deficiências.

Ser professor no contexto atual significa assumir um desafio complexo e significativo. É uma profissão que exige um comprometimento na área de atuação e conhecer as estratégias que estar professor. A educação, e em especial os alunos, precisam de professores que se

assumam como tal, e não de pessoas que estão de passagem pela escola, que não gostam do que fazem e trabalham nessa profissão por falta de opção.

É importante saber que professor não delibera somente as relações no interior escolar e da sala de aula; ele também decide sobre aquelas, embora externas, tecem sua profissão e alimentam sua cultura ocupacional. Compreendo que para tomar decisões é necessário que o docente evidencie a natureza crítico-reflexiva de sua ação pedagógica, é no trabalho e pelo o trabalho que o professor define como um profissional. E, além disso, ensinar pressupõe saberes a aprender. Professores e alunos em relação detêm patamares diferenciados de conhecimento, cabendo ao primeiro a coordenação do processo de ensino. E, a ética educacional deve situar-se no centro dessa distinção, abrangendo de forma específica as atitudes éticas do professor em relação ao aluno, saberes e à aprendizagem.

Vale ressaltar que o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando e que a educação inclusiva deve ser pautada em direitos constitucionais, e que todo cidadão deve ser respeitado em suas diferenças. A prática da inclusão fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 determina que todas as crianças devem sempre que possível, aprender juntas, independente de suas dificuldades e diferenças, partindo da convicção de que todas elas são capazes de aprender.

E, para suprir as necessidades do aprendizado dos alunos que possui necessidades educacionais especiais o professor deve inovar seu trabalho pedagógico periodicamente, pois isso faz com que, os alunos não percam a aptidão escolar.

Portanto, a formação continuada dos profissionais da educação torna-se necessária diante dos novos cenários da educação inclusiva, pois através dela podemos analisar a inclusão dos indivíduos e das diversidades na rede regular do ensino brasileiro. Percebe-se que um dos maiores dilemas da educação inclusiva ainda é a formação inicial dos educadores, que, em muitos casos, se deparam com situações inusitadas em sala de aula, onde muitos alunos não correspondem aos padrões de ensino e aprendizagem da escola.

Para a concretização deste trabalho, a metodologia utilizada foi orientada pela perspectiva qualitativa, pois esta defende instrumentos abertos que facilitam a expressão do sujeito em toda a sua complexidade e implica a construção de ideias e conceitos sobre a informação diferenciada que expressam os sujeitos estudados. Segundo González-Rey (1997, p. 87) “os instrumentos representam um continuum dentro da investigação, ao longo da qual se relacionam uns com os outros e dão lugar a indicadores sustentados pelas relações entre conteúdos procedentes de instrumentos diferentes”.

Os participantes desta pesquisa foram profissionais que atuam na Escola RL: 3 (três) professores, e indiretamente, alunos com deficiência visual, do 6º Ano do Ensino Fundamental II. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram observações e questionário aplicados aos professores pesquisados.

Esta monografia foi estruturada em 6 partes. A primeira apresentou a Fundamentação Teórica do trabalho, sendo embasados nos tópicos: Inclusão Escolar x Legislação; Diversidade, Deficiência e Cidadania; A Pessoa com Deficiência Visual e a Aprendizagem Escolar; Inclusão Escolar: um dos grandes desafios encontrados na educação; Identidade e Diferenças na escola; O Professor e o Processo de Inclusão. A segunda destacou os objetivos do trabalho proposto em analisar, conhecer e refletir sobre a prática pedagógica dos professores da escola pesquisada, e se o trabalho com alunos deficientes visuais oportunizam o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, sociais e emocionais. A terceira abordou a Metodologia do trabalho destacando com observações e aplicação de um questionário; A quarta refere-se aos Resultados e Discussão; A quinta tem as considerações finais e a sexta as referências dos autores utilizados neste trabalho.

Concluindo, o que se espera de uma escola inclusiva? Aquela que reconheça os direitos dos educandos; que respeite a diversidade; que cada aluno receba aquilo de que precisa; que se ensine aos surdos a língua de sinais; que ofereça às pessoas com dificuldades motoras as tecnologias de educação alternativas, aos cegos, o Braille, e à todos o direito de aprender em seu próprio ritmo.

A educação inclusiva precisa ser pensada de acordo com as necessidades humanas, enquanto não houver compreensão de todos os envolvidos no sistema educacional de que a exclusão interfere no desenvolvimento humano, o fracasso educacional será cada vez maior.

Nesse sentido, a ação x reflexão dos educadores é um dos meios capazes de reverter tal situação. Hoje, pode-se dizer que vivemos num sistema educacional onde a descrença vence a crença da mudança, porém cabe a todos os educadores lutar para conquistar sua própria inclusão neste sistema.

## **2- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Inclusão Escolar x Legislação**

A sociedade que pensa a educação inclusiva somente em relação à criança com necessidades educacionais especiais engana-se ao achar que todas as outras crianças já fazem parte efetivamente do processo pedagógico. Nota-se que, mesmo com a apresentação e articulação das políticas inclusivas, há ainda no Brasil uma taxa de analfabetismo espantosa, evasão, repetência escolar e a exclusão dos que não aprendem no ritmo e da mesma forma que os outros. Sendo assim, o surgimento do conceito de inclusão, segundo Sasaki (2002, p. 16) “é recente devido à adoção da filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais existentes”.

A fundamentação de uma sociedade inclusiva está pautada em uma filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica essencial à constituição de qualquer sociedade. Por meio desse princípio ético, apresenta-se a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos a todas as oportunidades, independente das peculiaridades de cada pessoa e/ou grupo social.

De acordo com o Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) n. 2, de 11 de setembro de 2001, a opção brasileira é por manter os serviços especializados em caráter extraordinário e transitório. Há de se ter cuidado para que, assim como proposta, a educação inclusiva não se configure apenas em retomada de antigas propostas não realizadas na sua totalidade.

Sem desprezar os embates atuais sobre educação inclusiva, principalmente quanto à sua coexistência ou não com serviços especializados para o atendimento paralelo à classe comum, a proposta de atender alunos com necessidades educacionais especiais nessas classes implica em atentar para mudanças no âmbito dos sistemas de ensino, das unidades escolares, da prática de cada profissional da educação em suas diferentes dimensões e respeitando suas particularidades.

Nesse sentido, alguns autores sustentam que:

Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitem. Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o

desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades (GLAT; NOGUEIRA, 2002, p. 26).

O planejamento e a implementação de políticas educacionais para atender alunos com necessidades educacionais especiais requer domínio conceitual sobre inclusão escolar e sobre as solicitações decorrentes de sua adoção enquanto princípio ético-político, bem como a clara definição dos princípios e diretrizes nos planos e programas elaborados, permitindo a (re) definição dos papéis da educação especial e do lócus do atendimento desse alunado.

As leis constituem um sustentáculo no processo de integração das diversidades no mundo da educação, para que o ser humano esteja realmente incluído na escola e nos ambientes sociais em geral.

No Brasil, por mais que as leis garantam aparatos legais às pessoas com necessidades educacionais especiais, ainda há barreiras que impedem que essas pessoas vivenciem sua verdadeira inclusão numa instituição escolar. Na maioria das escolas brasileiras essas pessoas ficam excluídas, muitos educadores não sabem o que fazer diante de um aluno com necessidades educacionais especiais, simplesmente é comparado como sendo mais um da estatística da matrícula.

Sendo assim, as principais barreiras para inclusão são:

- ✓ Escolas com estruturas físicas inadequadas;
- ✓ Falta de atendimento por profissionais especializados na área;
- ✓ Falta de sala multifuncional;
- ✓ Falta de materiais pedagógicos apropriados;
- ✓ Falta de acompanhamento familiar;
- ✓ Falta de consciência e compromisso ético por parte da gestão escolar como um todo;
- ✓ Falta de capacitação aos professores;
- ✓ Falta de apoio pelo o poder público;
- ✓ Falta de Projetos Políticos Pedagógicos;
- ✓ Falta de adaptações curriculares e entre outros.

Enquanto a sociedade educativa não entender que o aluno com necessidades educacionais especiais tanto quanto os “não deficientes” devem ser respeitados e valorizados no ambiente escolar a inclusão escolar nunca irá existir verdadeiramente.

Vale ressaltar que a educação inclusiva precisa ser ultrapassada dos muros escolares. Não basta a comunidade escolar ser consciente do seu papel se a sociedade discrimina e não aceita as pessoas com necessidades educacionais especiais como elas são. A solução para esses desafios está nas mãos não só da escola, mas do estado e da comunidade. Todavia, delegar apenas ao professor toda a responsabilidade de promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais é um erro, pois a adoção dessa postura deveria ser de todos.

Sem dúvida, a inclusão da pessoa com necessidades educacionais especiais na escola tem o objetivo favorecer um ambiente de convívio menos restritivo possível, que dê oportunidade a um processo dinâmico e flexível de participação em todos os níveis sociais.

Nesse contexto, é válido mencionar que o nosso país, graças aos esforços do Ministério da Educação (MEC), vive um momento intenso de estudos, debates, reflexões e ações que visam a disseminar a política de inclusão em todos os municípios brasileiros. O Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, implantado no país em 2003, desenvolve ações que alcançam todos os municípios brasileiros, graças a uma extensa rede de multiplicadores.

Nesse contexto, registram-se inovações em relação às áreas e modalidades de atuação pedagógica, oferecidas em classes especiais, salas de recursos, classes hospitalares, atendimentos domiciliares e escolas especiais, de forma a atender às necessidades específicas dos alunos, considerando os fatores pontuais que dificultam a participação no processo educativo.

Seguem alguns documentos legislativos, internacionais e nacionais, que representam o principal referencial para as políticas de inclusão pedagógica e social as pessoas com necessidades educacionais especiais.

#### **a) Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)**

O primeiro e mais antigo documento é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que assegura às pessoas com deficiência o direito à liberdade, a uma vida digna, à educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social e à livre participação na vida da comunidade.

Em seus artigos 1º e 2º, a Declaração proclama que todos os homens nascem livres e iguais, em dignidade e direitos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem nacional ou social ou de qualquer outra situação.

**b) Declaração de Jomtien (Confederação Mundial sobre Educação para Todos - Tailândia, 1990).**

A partir desta Declaração resultou o Plano Decenal de Educação para Todos (1993) no Brasil, cujo objetivo era:

Assegurar a crianças, jovens e adultos – em dez anos (período de 1993-2003) – conteúdos mínimos de aprendizagem que respondessem às necessidades elementares da vida contemporânea, à universalização da educação fundamental e à erradicação do analfabetismo (SOUZA, 2010, p. 132).

**c) Declaração de Salamanca (Confederação Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais- Espanha, 1994)**

A Declaração de Salamanca (1994): sobre Princípios, Políticas e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais, realizada pela Organização das Nações Unidas – ONU em 1994, na Espanha, reafirmou também o direito de todos(as) à educação, porém, neste documento, destacou-se o direito das pessoas com necessidades especiais nas instituições educativas dentro do sistema regular. É enfatizado que:

[...] toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; (...) escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (ONU, 1994).

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994) o Brasil tinha o compromisso de escolarizar, no ensino regular, aquelas pessoas que apresentavam necessidades educativas especiais (SOUZA, 2010). E, Magalhães (2011) acrescenta ainda que, essa Declaração destacou-se por identificar que o sistema educacional é seletivo em relação a quem faz ou não parte dele. Isso significa a urgência no desenvolvimento de uma escola para todos(as). Assim, conforme salienta Neves e Machado (2007, p. 135), essas declarações afirmavam que “todas as crianças devem ser acolhidas pela escola, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais.”

**d) Constituição Federal (1988)**

Em seu artigo 205, a carta magna brasileira afirma que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, que devem promovê-la e incentivá-la com a colaboração da sociedade. A educação visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho.

No artigo 208, inciso III, a constituição reza de maneira mais específica, que é dever do Estado assegurar atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede de ensino.

**e) Lei n. 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**

A LDBEN pode ser considerada como um evento importante na promoção das pessoas com necessidades especiais, pois em seu artigo 58, fornece uma importante definição da educação especial, contemplada como uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais.

A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, indica manter o atendimento da educação especial em um só sistema de ensino, mas com possibilidades de atendimento em lugares diferenciados, como o atendimento em escolas especiais para alunos que, em razão do grau de dificuldades, exigem adaptações significativas no currículo, que a escola comum não pode proporcionar.

A importância dessa lei não pode ser submetida uma vez que ela institui a obrigatoriedade do discente com necessidades educacionais especiais frequentar a rede regular de ensino e, ao mesmo tempo, estabelece a criação de serviços de apoios especializados nas escolas regulares, além de prescrever para o sistema de ensino organização curricular específica, com métodos, técnicas e recursos educacionais adequados a esses educandos.

As diretrizes e bases da educação nacional fazem recomendações aos sistemas de ensino e dão orientações de como deve ser o atendimento educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, mediante serviços de apoio especializado em:

- Classe comum: com atuação de professor de educação especial, professores intérpretes das linguagens e códigos, outros profissionais, e recursos necessários à locomoção e à comunicação.
- Oferecimento de sala de recursos: com a complementação ou suplemento curricular, utilizando equipamentos e materiais específicos.



- Classe especial: de maneira extraordinária e em caráter transitório, seguindo as diretrizes curriculares para a educação básica, bem como os referenciais e parâmetros curriculares nacionais.

- Escola especial: destinadas à educação escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais.

E, para que aconteça um atendimento especializado a esses discentes é necessário que os órgãos normativos do sistema de ensino cumpram a legislação em vigor.

## **2.2 Diversidade, Deficiência e Cidadania**

É necessário refletirmos que nem toda deficiência torna os indivíduos inferiores uns dos outros, pois é preciso ter consciência de que há diferenças e igualdades. Todas as pessoas têm suas particularidades, não importa o tamanho da deficiência que alguém tem, o importante é que saibamos respeitar uns aos outros.

Na sociedade atual os deficientes físicos, por exemplo, vivem vários dramas cotidianos desde o acesso ao transporte coletivo, à falta de liberdade de ir e vir nas ruas das cidades, a falta de políticas públicas, fatores estes que ajudam de certa forma a alimentar a exclusão social.

Não podemos imaginar uma sociedade por categorias, isso não chegaria muito longe. Um dos graves problemas da vivência de pessoas com deficiência, de um modo geral, está na imagem que se impõe sobre sua dependência: a imagem social de que essas pessoas sempre estão recebendo ajuda. Muitas vezes, fico impressionada com a frequência com que isso acontece as pessoas reagem instintivamente ao encontrarem alguém com deficiência: “Precisa de ajuda?”, perguntam, porque pensam: “Essa pessoa tem tantos problemas, que eu tenho de ter a atitude de ajudar”.

Portanto, é muito importante que seja preservada a autonomia de cada indivíduo, mas autonomia numa condição de podermos intervir no dia a dia com as pessoas e decidir as coisas. Muitas vezes, com a acessibilidade limitada, com o ambiente segregado, poucas chances existem de se ter socialização plena; poucas chances existem de se inverter papéis, porque numa sociedade em que a falta de acessibilidade é prevalente, o que acontece claramente é que as pessoas com deficiência são muito mais objeto de ajuda do que a condição da diferença entre as pessoas.

Sendo assim, cabe a nós refletirmos que não são as terminologias que definem nossa atitude perante uma pessoa com deficiência. Como exemplo disso, o aluno pode ter uma

deficiência sem sentir-se deficiente quando o poder público provê, em suas escolas, meios de acessibilidade que garantem o direito de ir e vir de uma criança ou jovem e quando as barreiras de aprendizagem são removidas pelos recursos disponíveis, tanto materiais quanto humanos.

A deficiência, vale lembrar, é marcada pela perda de uma das funções do ser humano, seja ela física, psicológica ou sensorial. O indivíduo pode, assim, ter uma deficiência, mas isso não significa necessariamente que ele seja incapaz; a incapacidade poderá ser minimizada quando o meio lhe possibilitar acessos.

Com relação ao atendimento educacional especializado, a Política Nacional de Educação Especial (2007) utiliza a seguinte classificação para os alunos com necessidades educacionais especiais:

- ✓ portadores de deficiência mental;
- ✓ portadores de deficiência visual;
- ✓ portadores de deficiência auditiva;
- ✓ portadores de deficiência física;
- ✓ portadores de deficiência múltipla;
- ✓ portadores de condutas típicas;

A escola, ao considerar a diversidade, tem como valor máximo o respeito às diferenças, não o elogio à desigualdade. As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa; podem, devem, portanto, ser fator de enriquecimento.

A atenção à diversidade é um princípio comprometido com a equidade, ou seja, com o direito de todos os alunos realizarem as aprendizagens fundamentais para o seu desenvolvimento e socialização.

Precisamos pensar a inclusão numa perspectiva humana e sociocultural que procura enfatizar formas de interação positivas. Precisamos olhar as possibilidades, proporcionar apoio às dificuldades, acolher as necessidades, atender todos sem nem tipo de discriminação. Esse trabalho deve ser feito através de parcerias com os pais, os alunos e a comunidade escolar, buscando sempre informações para que o processo de ensino e aprendizagem realmente atenda as reais necessidades dos aprendizes, visando uma inclusão de todos no processo educacional.

A discriminação representa um peso social não só para a pessoa com deficiência, mas para toda sociedade. De maneira tradicional a escola tem sido vista, em sua organização, segundo critérios seletivos e classificatórios, em consequência do enfoque homogeneizador do

ensino. “Tendo em vista essa atitude discriminante e excludente, a escola tem contribuído muito mais para aprofundar as desigualdades do que para resolvê-las” (BRASIL, 2005, p. 37).

### 2.3 A Pessoa com Deficiência Visual e a Aprendizagem Escolar

Tradicionalmente, a abordagem sobre a aprendizagem de alunos com deficiência visual está dirigida aos meios que podem viabilizar o seu acesso ao conhecimento, focalizando as formas que apoiam o trabalho desenvolvido em sala de aula, como se a aprendizagem se compusesse por processos múltiplos e complementares. Vale destacar, inclusive, que tem sido esse pensamento o fundamento dos parâmetros que norteiam os currículos e a organização das estratégias educacionais vigentes.

A deficiência visual é caracterizada como sendo a redução ou perda total da capacidade de enxergar. Refere-se a uma situação irreversível de diminuição da resposta visual, em razão de causas congênitas ou hereditárias, mesmo após tratamento clínico/ou cirúrgico e uso de óculos convencionais. A diminuição da resposta visual pode ser leve, moderada, severa, profunda (que compõem o grupo com baixa visão) e ausência total da resposta visual (cegueira). (BRASIL, 2000).

Com base na Organização Mundial de saúde (OMS) e do Conselho Internacional de Educação de Pessoas com Deficiência Visual (ICEVI), utilizamos os conceitos:

✓ Cegueira: perda total da visão ou da percepção luminosa em ambos os olhos. Do ponto de vista educacional, a cegueira representa a perda visual que leve o indivíduo a se utilizar do Sistema Braille, de recursos didáticos, tecnológicos e equipamentos especiais para o processo de comunicação escrita;

✓ Baixa visão: Comprometimento visual em ambos os olhos que, mesmo após tratamento e (ou) correção de erros refracionais comuns, resulte acuidade visual inferior a 20/70 (ou) restrinja o campo visual, interferindo na execução de tarefas visuais.

No Brasil, cerca de 1,0 a 1,5% das pessoas com deficiência apresentam deficiência visual (aproximadamente 1,7 bilhões de pessoas), sendo 80% com baixa visão e 20% cegas.

De acordo com Raposo e Carvalho, (2010, p. 160 *apud* SIAULYS, 2006, p. 7).

[...] muitos dos problemas causadores da deficiência visual poderiam ser evitados com medidas eficazes de prevenção (programas de saúde, aconselhamento genético, vacinação, acompanhamento pré-natal, saneamento básico, detecção e tratamento precoce das alterações visuais, triagem em creches, pré-escolas e escolas de educação básica).

Conforme Raposo e Carvalho (2010, p. 160) “as definições citadas têm importância legal quanto à elegibilidade para os serviços de atendimento especializado, reserva de vagas em concursos públicos e atendimento preferencial, conforme preconizado em lei”. Sabemos que um o aluno deficiente visual é pode ser considerado como um sujeito aprendente, ativo, criativo e reflexivo nos seus processos de vida como qualquer outro indivíduo.

Segundo Kirk (1996), é possível observar sinais de deficiência visual na criança, ao perceber desvio de um dos olhos, não acompanhamento visual de objetos, não reconhecimento visual de familiares, baixo rendimento escolar. No adulto, pode ocorrer o barramento eventual da visão, a insurgência de vermelhidão, manchas brancas nos olhos, dor, lacrimejamento, flashes, retração do campo de visão, que podem provocar esbarrões e tropeços em móveis.

Em qualquer etapa de ensino e nos distintos ciclos de vida, uma pessoa com deficiência visual pode utilizar recursos e estratégias que apoiam o desenvolvimento de atividades escolares, pessoais, profissionais e sociais.

As pessoas cegas geralmente utilizam o Sistema Braille para escrever e ler. Esse sistema foi inventado por Louis Braille no ano de 1825, francês que ficou cego aos três anos de idade. O sistema Braille é o mais completo, perfeito, seguro e eficiente meio de acesso à instrução, à cultura e à educação para a integração social das pessoas cegas.

A escola deve oferecer material didático pertinente como: regletes, instrumentos para escrita em Braille, sorobã ou ábaco japonês, sintetizadores de voz, softwares para deficiências visuais auxílios ópticos. Entre os softwares, há os que ampliam o texto, os que leem o texto e sintetizam a voz e o DOSVOX.

Seguem algumas dicas importantes que o professor de alunos com deficiência visual pode estar adotando na sala de aula conforme as disciplinas.

### **Língua portuguesa ou estrangeira**

- ✓ Ler em voz alta os conteúdos escritos na lousa;
- ✓ Entregar com antecedência e escrito em Braille o material que ser trabalhado nas aulas;
- ✓ As anotações de sala, feitas pelo aluno deverão ser revistas/corrigidas diariamente, para evitar os erros de ortografia decorrentes da diferença entre a pronúncia da língua portuguesa ou estrangeira e sua grafia;
- ✓ O professor deverá oferecer momentos educacionais suplementares ao aluno com deficiência, em horário que não o retire da sala de aula. As aulas ou momentos suplementares

com o aluno com deficiência são importantes para preparação das aulas e exploração do material a ser usado pelo professor e demais alunos.

### **História e Geografia**

✓ Os mapas, gráficos e esquemas em testes de História, Geografia e outras disciplinas devem ser oferecidos em relevo e acompanhados de perguntas que possam ser respondidas sem o auxílio da visão;

✓ Os textos mais curtos e diretos são mais acessíveis e podem ser apresentados escritos em Braille ou oralmente;

### **Ciências, Física e Química**

✓ A exploração de esquemas, gráficos, manuseio de material do Laboratório devem ser feitos com o aluno, inclusive antecipadamente, sempre que possível;

✓ As observações ao microscópio, os eventos químicos observados exclusivamente pela visão, entre outros, sempre que não puderem ser substituídos por vias sensoriais tátil, auditiva, olfativa ou gustativa devem ser fornecidas ao aluno pelo professor, de maneira oral, ou ainda descritas por um colega ou auxiliar no laboratório;

✓ Na exibição de um filme, transparência ou slides, o professor deverá oferecer ao aluno com deficiência visual a áudio-descrição, podendo o professor, valer-se de um colega do aluno para fazer tal atividade, de modo que ambos aprendam juntos. Por exemplo, o professor poderá recorrer a um aluno que talvez não viesse prestar muita atenção ao filme, caso não tivesse colaborando com o colega;

✓ Os esquemas e mapas muito densos, com relevo inadequado e sem áudio-descrição não são de grande valia para os alunos;

### **Matemática**

✓ É preferível se obter um único exercício bem executado, pelo aluno, do princípio ao fim, e devidamente corrigido pelo Professor, a se ter muitos exercícios, por acabar e sem correção;

✓ Deve-se oferecer esquemas/exercícios menos densos e mais significativos e ajudar o aluno a treinar cálculo mental e aprender a recorrer a ele para a solução dos problemas;

Vale lembrar que cada aluno deverá ter a oportunidade de trabalhar com o outro, descobrindo suas potencialidades, limites e habilidades.

A escola e a sociedade, ao pensar num processo inclusivo que atenta a diversidade humana, não devem enfatizar as desvantagens ou deficiências do educando, mas sim a maneira de melhor compreender o contexto educacional em que se manifestam as dificuldades, tornando mais adequado e acessível o currículo. E isso vai depender se o sistema

educacional conseguir um ajuste real, para melhor compreender o contexto escolar, assim, estará assegurando o direito de todos a uma educação de qualidade. (BRASIL, 2005, p. 37).

Para Glat (1995, p. 199), “a interação não pode ser vista simplesmente como um problema de políticas educacionais ou de modificações pedagógico-curriculares na educação especial. Interação é também um processo subjetivo e inter-relacional.” O que ele quer dizer é que a interação também é um processo individual.

Com esse olhar sobre a interação, deixamos de ver o aluno especial como um objeto de estudo ou um agente passivo de nossas decisões educacionais, e passamos a entender que esse indivíduo é também um consumidor ou usuário do saber e dos serviços que temos a oferecer, auxiliando-o na difícil missão de romper barreiras físicas, afetivas e sociais que lhe impedem de viver plenamente como qualquer pessoa.

Para que escola saiba lidar com alunos deficientes visuais é necessário recomendar aos pais ou responsáveis que busquem fazer o exame de acuidade visual das crianças sempre que notarem comportamentos relacionados a dificuldades de leitura, dores de cabeça ou vista cansada durante as aulas.

A escola deve compartilhar a organização dos objetos da sala de aula com o aluno, a fim de facilitar o acesso e a mobilidade. Mantenha carteiras, estantes e mochilas sempre na mesma ordem, comunique alterações previamente e sinalize os objetos para que sejam facilmente reconhecidos.

O aluno cego tem direito a usar materiais adaptados, como livros didáticos transcritos para o braile ou a reglete para escrever durante as aulas. Antecipe a adaptação dos textos junto dos educadores responsáveis pela sala de recursos, que deve contar com máquinas braile, impressora e equipamentos adaptados.

A alfabetização em braile das crianças com cegueira total ou graus severos de deficiência visual é simultânea ao processo de alfabetização das demais crianças na escola, mas com o suporte essencial do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Vale lembrar que, de acordo com o Decreto n. 6.571, de 17 de setembro de 2008, o Estado tem o dever de oferecer apoio técnico e financeiro para que o atendimento especializado esteja presente em toda a rede pública de ensino. Mas cabem ao gestor da escola e às Secretarias de Educação a administração e o requerimento dos recursos para essa finalidade.

Oferecer ambientes adaptados, com sinalização em braile, escadas com contrastes de cor nos degraus, corredores desobstruídos e piso tátil, é mais uma medida importante para a inclusão de deficientes visuais. O entorno da escola também deve ser acessível, com a

instalação de sinais sonoros nos semáforos e nas áreas de saída de veículos próximas da escola.

## **2.4 Inclusão Escolar: um dos grandes desafios encontrados na educação**

A fundamentação de uma sociedade inclusiva está pautada em uma filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica essencial à constituição de qualquer sociedade. “A educação inclusiva pode ser considerada como uma construção de uma escola aberta para todos, que respeita e valoriza a diversidade, desenvolve práticas colaborativas, forma leis de apoio à inclusão e promove a participação da comunidade” (BRASIL, 2004. p.1).

Nota-se que, mesmo com a apresentação e articulação das políticas inclusivas, há ainda no Brasil uma taxa do analfabetismo espantoso, evasão, repetência escolar e a exclusão dos que não aprendem no mesmo ritmo e da mesma forma que os outros. Sabe-se que o sistema educacional brasileiro defende uma educação para todos por meio de uma escola heterogênea, pluralista e acolhedora, independente de suas diferenças.

A educação inclusiva envolve o preparo das instituições para receber os alunos com necessidades especiais, revendo e reformulando currículos, adequando o espaço físico, revendo metodologias e recursos didáticos. Por mais que as unidades escolares não possuam estruturas com qualidade para atender as pessoas com necessidades especiais o professor deve aprender a lidar com as diferenças por meio de atitudes e disposição para repensar o cotidiano. Dessa forma, "a escola deve entender as diferenças como elemento de diversidade e aprendizagem, ressaltando o potencial de cada aluno" (TORNELLO, 2007, p. 158).

De acordo com Oliveira (2005, p. 76), a educação inclusiva tem como objetivos:

- ✓ Integração das pessoas com deficiência na sociedade;
- ✓ Expansão de atendimento às pessoas com deficiência na rede regular de ensino;
- ✓ Conscientização da comunidade escolar para a importância da presença do aluno com deficiência em sala de aula;
- ✓ Integração técnico-pedagógica entre os educadores que atuam nas salas de aula do ensino regular e os que atendem em salas de educação especial;
- ✓ Desenvolvimento de ações integradas nas áreas de ação social, educação, saúde e trabalho.

Diante desses objetivos, fica claro que um sistema educacional que oferece a possibilidade de inclusão baseia-se na crença e no princípio de que todas as crianças

conseguem aprender, participar de atividades co-curriculares e extracurriculares, e precisam receber programas educativos adequados e relevantes às suas necessidades.

A prática de inclusão, fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, determina que todas as crianças devem, sempre que possível, aprender juntas, independente de suas dificuldades e diferenças, partindo da convicção de que todas elas são capazes de aprender. Algumas exigirão um apoio adicional, algumas adaptações ou ainda equipamentos específicos que são possíveis de serem oferecidos por diferentes segmentos da sociedade.

Conforme a LDBEN (1996), a educação inclusiva baseia-se em princípios, componentes, e propõe práticas inclusivas da escola e sociedade.

**a) Princípios da educação inclusiva:**

- ✓ aceitação das diferenças com maturidade;
- ✓ valorização da diversidade humana;
- ✓ respeito mútuo;
- ✓ direito de pertencer;
- ✓ crença na viabilidade de todos aprenderem juntos;
- ✓ aprendizado cooperativo;
- ✓ crença no papel inclusivo de toda comunidade escolar;
- ✓ importância dos pais como parceiros educativos;
- ✓ colaboração entre professores.

**b) Componentes da educação inclusiva:**

- ✓ Os alunos frequentam classes comuns com colegas não deficientes da mesma faixa etária;
- ✓ preparo do professor para ensinar a todos indiscriminadamente;
- ✓ currículo adaptado;
- ✓ métodos diversificados.

**c) Práticas inclusivas:**

- ✓ iniciativas institucionais;
- ✓ instrução multinível;
- ✓ aprendizagem baseada em atividades;
- ✓ apoio de pares e programas tutoriais;
- ✓ atividades extraclasse, com cooperação e colaboração.



Quando o professor adota um comportamento profissional e ao mesmo tempo humano, dosando suas atitudes, o aprender se torna mais interessante, e o aluno se sente competente pelas atitudes e métodos de motivação em sala de aula.

Como dito anteriormente, a educação inclusiva encontra vários entraves vivenciados nas escolas brasileiras, como por exemplo: a falta de professores qualificados, o diálogo, a parceria, o compromisso e aceitação de novas ideias entre os profissionais da educação. Essas autoconfrontações impedem que o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos avance.

A educação exige que todos docentes tenham a coragem de se autoavaliar e avaliar o outro de forma consciente e reflexiva. É preciso distanciar-se de sua experiência imediata e, ao mesmo tempo, confrontar-se com outras perspectivas de atuação. O profissional docente, em meios às adversidades e conflitos presentes em sua atividade pedagógica, necessita de estruturas psíquicas para mobilizar forças e ampliar seu poder de agir corretamente perante suas atitudes.

Lembrando, a educação não pode ser um mero instrumento do conhecimento para fins de competitividade, deve ser ampla na direção da formação de seres humanos completos, críticos e participativos, na direção da construção da cidadania.

Portanto, uma sociedade inclusiva começa pela educação. Ela é um processo social que envolve vivências, desejo de algo, interesse e ato de ensinar e aprender. Assim, a educação percorre por toda a nossa existência e é constituída a partir das diversas relações sociais que estabelecemos ao longo da vida.

## **2.5 Identidade e Diferenças na Escola**

A inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos. Ela questiona a fixação de modelos ideais, a normalização de perfis específicos de alunos e a seleção dos eleitos para frequentar as escolas, produzindo, com isso, identidades e diferenças, inserção e/ou exclusão. O poder institucional que preside a produção das identidades e das diferenças define como normais e especiais não apenas os alunos, como também as suas escolas. Os alunos das escolas comuns são “normais” e positivamente valorados. Os alunos das escolas especiais são os negativamente concebidos e diferenciados.

Os sistemas educacionais constituídos a partir da oposição - alunos “normais” e alunos especiais - sentem-se abalados com a proposta inclusiva de educação, pois não só criaram espaços educacionais distintos para seus alunos, a partir de uma identidade específica, como

também esses espaços estão organizados pedagogicamente para manter tal separação, definindo as atribuições de seus professores, currículos, programas, avaliações e promoções dos que fazem parte de cada um desses espaços.

Os que têm o poder de dividir são os que classificam, formam conjuntos, escolhem os atributos que definem os alunos e demarcam os espaços, decidem quem fica e quem sai destes, quem é incluído ou excluído dos agrupamentos escolares.

É incorreto, portanto, atribuir a certos alunos identidades que os mantêm nos grupos de excluídos, ou seja, nos grupos dos alunos especiais, com necessidades educacionais especiais, portadores de deficiências, com problemas de aprendizagem e outros tais. É incabível fixar no outro uma identidade normal, que não só justifica a exclusão dos demais, como igualmente determina alguns privilegiados.

A exclusão de uma pessoa do sistema educativo é um fenômeno que começa deste as mais precoces etapas da vida. Daí ser importante adotar uma visão holística da educação. Os programas globais de atenção e educação da primeira infância melhoram o bem-estar da criança, preparando-a para seu ingresso na escola fundamental e, uma vez escolarizada, lhe são oferecidas mais possibilidades de obter bons resultados de aprendizagem.

A educação inclusiva, conhecida também como educação integradora, se baseia, antes de tudo, no direito de cada indivíduo, como consta no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Desde sua aprovação, toda uma série de tratados e instrumentos jurídicos internacionais tem reafirmado este direito. Merecem ser mencionados três:

1. A Convenção da UNESCO para a Luta contra as Discriminações na Esfera do Ensino (1960), que dispõe de que os Estados têm a obrigação de facilitar as possibilidades de educação a todos os indivíduos, e que destaca que o ensino fundamental é obrigatório;

2. O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), no qual se reitera o direito e agrava; educação de todos os indivíduos e se destaca que o ensino primário deve ser obrigatório;

3. O tratado internacional relativo aos direitos humanos mais universalmente ratificados, a Convenção sobre os Direitos da Criança, na qual se enuncia o direito da infância não ser discriminada. Este instrumento jurídico se refere também aos fins da educação, reconhecendo que esta deve se centrar no educando. Isto tem repercussões no conteúdo do ensino e da pedagogia, e, também, em um plano mais geral, na maneira em que são geridas e administradas as escolas.

Portanto, a educação é um direito fundamental de todas as crianças, jovens e adultos, sejam quais forem suas idades, sexo, etnia, idioma, religião, opinião, condição socioeconômica ou deficiências.

## **2.6 O professor e o Processo de Inclusão**

Analisar a inclusão dos indivíduos e das diversidades na rede regular de ensino brasileiro nos leva a refletir primeiramente sobre a relação entre a formação do educador e as práticas pedagógicas contemporâneas. Também nos obriga a pensar a formação desse educador para atuar em uma nova concepção de educação que visa à igualdade de oportunidades e à qualidade dos serviços ofertados a todos os aprendizes.

A formação professores torna-se necessária diante dos novos cenários da educação inclusiva. Percebe-se que um dos maiores dilemas da educação inclusiva ainda é a formação inicial dos educadores, que, em muitos casos, deparam-se com situações inusitadas em sala de aula, onde muitos alunos não correspondem aos padrões de ensino e aprendizagem da escola. Um dos problemas apresentados pelos educadores é que, em sua formação inicial, não tiveram componentes curriculares de educação inclusiva e conhecimentos sobre as necessidades educacionais especiais dos alunos.

As principais dificuldades no campo da educação especial são relativas a uma formação inadequada dos recursos humanos. Existe, portanto, uma necessidade urgente de repensar e redesenhar as bases curriculares da formação inicial e da formação continuada de educadores e outros profissionais vinculados ao mundo da educação especial.

São considerados professores especializados em educação especial aqueles que sabem identificar as necessidades educacionais especiais, para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didático-pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.



Figura 1- Mostra a professora ensinando conteúdos da disciplina de ciências biológicas com atendimento individual ao um aluno deficiente visual (baixa visão).

Isso nos mostra que o papel de um educador não é somente transferir conhecimento é dar condições favoráveis para que seu aluno desenvolva uma aprendizagem significativa e duradoura.

Nos deparamos com frequência com resistências de professores e direções de escola, com usos de questionamentos e queixas ou até mesmo com expectativas tentando encontrar soluções mágicas para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais.

Fica evidente que o professor está esquecendo-se do seu papel, porém não é considerado o momento do professor, sua formação, as condições da própria escola para receber esses alunos, que frequentam as escolas e continuam excluídos de todo o processo de ensino-aprendizagem e social, causando frustração e fracassos, dificultando assim a proposta de inclusão.

É de suma importância que todo educador saiba interagir respeitando as diferenças, pois, ensinar exige segurança, competência profissional e generosidade. A grande magia de ser professora ou professor é ter a possibilidade de abrir caminhos para o futuro, nos quais as pessoas agirão com mais fraternidade, guiadas por valores que resgatem, a cada momento, a dignidade humana.

Educar não é transmitir informações, mas antes, ensinar a pensar o mundo de todos e para todos. O mundo aberto, sem discriminação, marcado pela diversidade que confere valor ao conjunto, oferece espaço e oportunidade às diferenças e não aceita as desigualdades construídas.

Cada professor precisa estar preparado para a educação em direitos humanos, com conteúdos que inspirem confiança na justiça social, que instiguem a prática da responsabilidade coletiva para a promoção da vida, com foco em ações diárias de cidadania.

A escola mudou, está em transformação contínua e, receber as pessoas sem rótulos faz parte da evolução cultural. “Ser diferente é normal”, estar na escola é normal, construir a escola inclusiva é mais do que normal, é indispensável para o alcance de uma cultura voltada para a paz entre as pessoas e as nações.

A partir dos direitos humanos somos iguais na diferença e, portanto, suportes, apoios e tecnologias assistivas são necessários para haver a inclusão na escola, no ambiente próximo, na comunidade e no mundo. As crianças, os jovens, suas famílias (adultos e idosos) têm o direito de conviver sem barreiras de atitude contra as minorias, entre elas a das pessoas com deficiência, as quais têm habilidades e desenvolvem competências, quando incluídas em ambiente pluralista e não marginalizador.

Da teoria à prática, há o marco legal, que precisa estar atualizado com a realidade e existem também as políticas públicas que valorizam o direito à educação, investem em qualidade e acesso de qualquer pessoa em bases iguais com as demais. A partir dessa sustentação, emergem planos, programas e ações, com metas, cronograma, recursos humanos e recursos orçamentários. O Estado é responsável pela educação de todos e a sociedade tem a função de acompanhar os programas desde a etapa de elaboração até a execução e o monitoramento dos resultados. Os conselhos de educação e os dos direitos das pessoas com deficiência exercem esse papel.

Finalizando, para que haja uma verdadeira inclusão nas instituições escolares é preciso que aconteça uma transformação no sistema de ensino que vem beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta a especificidade do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações. Precisamos ser reflexivos constantemente, pois ser diferente é saber lutar em prol das diferenças.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 Geral**

- ✓ Estudar o processo de inclusão de alunos com deficiência visual, do 6º Ano do Ensino Fundamental II, em uma escola pública da comunidade de Pindorama Iuíu-BA.

#### **3.2 Específicos**

- ✓ Refletir sobre o papel da escola no que se refere ao acolhimento e interação dos alunos com deficiência visual do 6º Ano do Ensino Fundamental II;
- ✓ Conhecer a prática pedagógica dos professores que trabalham com os alunos com deficiência visual do 6º Ano do Ensino Fundamental II, na escola pesquisada;
- ✓ Analisar se a prática pedagógica dos professores que trabalham com alunos com deficiência visual, do 6º Ano do Fundamental II, oportuniza o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais.

## **4 METODOLOGIA**

### **4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia**

Para a realização deste trabalho foi utilizada a perspectiva qualitativa de pesquisa. Esta abordagem tem se afirmado como promissora possibilidade de investigação em pesquisas realizadas na área da educação. A pesquisa qualitativa observa o fato no meio natural, por isso é também denominada pesquisa “naturalística” (ANDRÉ, 1995, p.17).

### **4.2 Contexto da Pesquisa**

A pesquisa foi realizada em uma escola pertencente a Rede Pública de Ensino da Comunidade de Pindorama Iuíú-Ba, e foi escolhida porque atende alunos com necessidades educacionais especiais. Neste trabalho a mesma será denominada Escola RL, para preservar a identidade de seus participantes.

A Escola Pública RL, atende alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II. Ela funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno. Atualmente, conta com 259 alunos matriculados. Encontra-se localizada em uma Avenida da cidade e sua clientela são alunos que moram na zona rural e no Distrito de Pindorama, sendo que a maioria deles vem de famílias de baixa renda e não alfabetizadas. É uma escola térrea, com estrutura física básica, não possui rampas, banheiros adaptados, sala multifuncional e profissionais especializados em educação especial.

A escola possui 8 turmas, com um total de 14 professores, 01 diretor, 01 vice-diretor, 01 coordenador pedagógico, 01 secretário e 01 auxiliar de secretaria, 07 auxiliares de serviços gerais, 03 merendeiras, 01 porteiro, 02 vigias.

A Escola RL possui: 04 salas de aula, 01 sala para professores, 01 biblioteca, 03 banheiros feminino, 02 banheiros masculino, 01 cozinha, 01 sala de diretoria, 01 sala de secretaria, 01 sala de coordenação, 01 almoxarifado, 01 pátio. E, conta ainda, com um espaço bastante arborizado.

### **4.3 Participantes**

Tendo como foco principal conhecer a prática pedagógica dos docentes que atendem os alunos com necessidades educacionais especiais (com foco nos deficientes visuais) na escola pesquisada, e quais as condições que a mesma oferece aos alunos para que tenham um

bom desempenho escolar, participaram desta pesquisa três professores, que atendem alunos com deficiência visual, no 6º ano do Ensino Fundamental, sendo:

✓ V - graduada em Pedagogia e pós-graduada em Gestão Escolar; tempo de atuação na educação trinta e dois anos e na escola pesquisada seis anos.

✓ L - graduado em Pedagogia e pós-graduado em Geografia; tempo de atuação na educação quinze anos e na escola pesquisada doze anos.

✓ R - graduado em Pedagogia; tempo de atuação na educação dezesseis anos e na escola pesquisada também dezesseis anos.

Todos os participantes são moradores da Comunidade de Pindorama - Iuíu - Bahia.

#### **4.4 Materiais**

Para a realização deste trabalho foram utilizados os seguintes materiais:

- ✓ computador;
- ✓ impressora;
- ✓ celular;
- ✓ folhas de papel A4;
- ✓ caneta;
- ✓ livros;
- ✓ internet;
- ✓ artigos científicos;
- ✓ transporte;
- ✓ fotos;
- ✓ pendrive.

#### **4.5 Instrumentos de Construção de Dados**

Para a elaboração deste estudo foi utilizado como instrumento um questionário com questões abertas (Apêndice A) e observações no ambiente escolar.

O questionário foi realizado em três partes sendo:

- a) Dados de Identificação – com questões para captar o perfil dos pesquisados
- b) Acolhimento x interação – com três questões abertas sobre o tema;
- c) Prática Pedagógica – com oito questões sobre o tema.

As observações (Apêndice B) foram realizadas no ambiente escolar, e durante as aulas dos professores pesquisados, conforme abaixo:

- ✓ dia 05/10 - foi realizado na aula da professora V por um período de duas horas.



- ✓ dia 06/10 - na aula do professor L por um período de duas horas.
- ✓ dia 07/10 - na aula do professor R por um período de duas horas.
- ✓ dias 08 e 09/10 - as observações foram feitas em todo recinto da escola por um período de duas horas.

#### **4.6 Procedimentos de Construção de Dados**

Uma das razões que me levou a realizar esta pesquisa na Escola RL foi saber que existiam alguns alunos matriculados que possuíam necessidades educacionais especiais e, entre estes, deficientes visuais, pois o objetivo deste estudo conhecer o processo de inclusão desses discentes. E, que certamente conseguiria obter conhecimentos enriquecedores para meu exercício profissional.

No dia 05 do mês de outubro do ano de 2015, direcionei-me até a escola pesquisada, e chegando ao recinto escolar foi até a sala da diretoria para me apresentar e falar da finalidade de meu estudo. relatei que era aluna do Curso de Especialização em Educação, Desenvolvimento Humano e Inclusão Escolar pela Universidade de Brasília-UnB, e que precisava desenvolver uma pesquisa para levantar dados que seria utilizado em meu trabalho de conclusão de curso (monografia). Fui aceita como pesquisadora do local e nesse mesmo dia foi entregue a Carta de Apresentação (Anexo A) para a escola pesquisada e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo B) aos professores pesquisados.

Após estes procedimentos, fui até a sala de aula do 6<sup>a</sup> Ano do Ensino Fundamental II e me apresentei, falei que durante as aulas da Professora V, L e R passaria algum tempo junto com eles, ou seja, observando os mesmos em sua prática pedagógica, para realizar uma pesquisa porque precisava descobrir como acontecia o processo de inclusão escolar na sala de aula. Esclareço que obtive uma ótima recepção pelos professores, alunos e gestores escolares.

As observações na escola foram realizadas entre o período do dia 05 a 09 de outubro de 2015. Fiquei presente aproximadamente duas horas na sala de aula na turma do 6<sup>a</sup> ano durante as aulas dos professores pesquisados e uma hora nos recintos da escola como: pátio, corredores e entre outros ambientes. O questionário foi entregue aos professores para que eles respondessem e entregassem no dia seguinte.

#### **4.7 Procedimentos de Análise de Dados**

Os dados obtidos a aplicação do questionário foram analisados de maneira discursiva, tendo as seguintes categorias para análise:

a) Identificação – questões analisadas para auxiliar na montagem do perfil dos pesquisados;

b) Acolhimento x interação – questões abertas analisadas;

c) Prática Pedagógica – questões abertas analisadas.

As observações foram analisadas em uma seção à parte, obedecendo aos seguintes critérios:

✓ Apresentação da pesquisadora a equipe gestora da unidade escolar, aos professores pesquisados e aos alunos da classe.

✓ Reconhecimento em todo o recinto escolar tanto na parte da estrutura física quanto a prática pedagógica dos professores.

✓ A forma de acolhimento e interação dos alunos deficientes visuais por todos os agentes educativos da escola.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo como objetivo estudar o processo de inclusão de alunos com deficiência visual, do 6º Ano do Ensino Fundamental II, em uma escola pública da comunidade de Pindorama Iuíu-BA, seguiremos com a análise dos itens b e c do questionário, pois o item a foi analisado para montar o perfil dos pesquisados.

### 5.1 Análise do Questionário Aplicado aos Professores

#### ✓ Categoria 1: Acolhimento x Interação

Para que a integração aconteça, o "ambiente escolar como um todo deve ser sensibilizado" (BRASIL, 2001b), e não apenas os docentes ou equipe pedagógica.

Sendo assim, na primeira questão desta categoria foi perguntado aos pesquisados **como é o acolhimento dos alunos com deficiência visual nesta escola?** Dois dos pesquisados enfatizaram a questão da estrutura da escola, ou seja, que a mesma não está preparada para receber os alunos com necessidades educacionais especiais. E, diante das respostas dos pesquisados V, L podemos inferir que, mesmo a escola não possuindo estrutura adequada os alunos com necessidades educacionais especiais tenta dar-lhes um bom acolhimento, conforme demonstrado na fala do Prof. V “na medida do possível, a escola tem procurado fazer com que esses alunos se sintam aceitos e respeitados em suas limitações.”

Já para um dos pesquisados o acolhimento é normal, ou seja, não há diferenciação entre os alunos não deficientes e os alunos com deficiência visual.

Na segunda questão desta categoria foi solicitado aos professores para **descreverem a interação dos alunos deficientes visuais no ambiente escolar.** Mediante as respostas dos três professores participantes na pesquisa eles salientam que, “embora tenha enfrentado muitos desafios, alunos com deficiência têm interagido de forma dinâmica, compreensiva e humanística uns com os outros” (Prof. V), e que “apesar das restrições impostas pela deficiência não impede eles participar da aula ativamente” (Prof. L).

Na terceira questão desta categoria foi solicitado que os pesquisados **falassem sobre a interação dos alunos deficientes visuais com os colegas de sala.** A Prof. V salienta que “é notável os valores de aceitação, de companheirismo, de aceitação e cooperação e isso muito tem influenciado no ensino aprendizagem para toda a turma”. Já o Prof. L acredita que a “interação deles com os colegas é pelo o fato de já serem colegas há alguns anos eles

desenvolveram um forte vínculo de afetividade e carinho, o que facilita a interação entre eles”. Mas, para o Prof. R “os alunos deficientes visuais tem algumas dificuldades de interação porque a escola não possui toda estrutura que esses alunos necessitam.”

### ✓ **Categoria 2: Prática Pedagógica**

Nesta categoria foram propostas oito questões para os pesquisados responderem. A primeira versava sobre o que o pesquisado entendia sobre **o que é inclusão?**

Para os Professores V e L “é uma ação que garante a igualdade de direitos. É acolher, aceitar, incluir, perceber, enfim, está com o outro e para outro”. “É conviver harmoniosamente com as diferenças, sem, contudo, camuflá-las, ou fingir que elas não existam.”

E, para o Prof. R “é você dar oportunidade a todos perante a sociedade com os mesmos direitos e deveres, sem tratá-los nenhum diferente um do outro.”

Estas falas nos fazem lembrar que o sistema educacional brasileiro defende uma educação para todos por meio de uma escola heterogênea, pluralista e acolhedora, independente de suas diferenças. O sucesso escolar contribui para valorizar o indivíduo; aumenta sua autoestima, colaborando com a inclusão e aceitação na sociedade.

A educação inclusiva compreende a construção de uma escola aberta para todos, que respeita e valoriza a diversidade, desenvolve práticas colaborativas, forma leis de apoio à inclusão e promove a participação da comunidade (BRASIL, 2004, p. 1).

Sabemos que pessoas com deficiência estão presentes em todos os setores da sociedade e necessitamos de uma reflexão sobre nossas práticas a fim de garantir participação plena e igualdade, do ponto de vista profissional, pessoal e social. Uma sociedade inclusiva começa pela educação.

Na questão dois os pesquisados foram perguntados sobre como é a aprendizagem do aluno com deficiência visual?

Para os pesquisados “é possível e bem sucedida desde que a escola disponibilize o apoio necessário a esses alunos e professores” (Prof. V) e que “assim como nos alunos considerados normais a aprendizagem é processual e um pouquinho mais lenta, pois para eles a decodificação é menos instantânea” (Prof. L). O Prof. R acrescenta que “é uma aprendizagem lenta mas muito significativa para eles, para nós e para toda a sociedade.”

Valendo-se da perspectiva histórico-cultural, a aprendizagem é compreendida como um processo da subjetividade humana, concepção proposta por González Rey (2006, p. 30), quando afirma:

a aprendizagem tem uma dimensão subjetiva envolvida com a ação singular do sujeito que aprende, na qual participam, em forma de sentidos subjetivos, 'recortes de vida' que representam as formas em que essa vida se configurou na dimensão subjetiva de cada pessoa.

Com base na fala do autor a aprendizagem ocorre de acordo com a vivência exercida por cada indivíduo, é um processo contínuo que pode durar em toda sua existência. Sabe-se que é por meio da aprendizagem que o ser humano muda e transforma o seu meio. A disponibilização para a aprendizagem não depende exclusivamente do aluno; demanda que a prática didática garanta condições para que essa atitude favorável se manifeste e prevaleça.

Na questão três perguntamos aos pesquisados **se a escola tem infraestrutura e corpo técnico-pedagógico especializado para receptionar e garantir o acesso e a permanência de alunos com necessidades educacionais especiais (deficiência visual)?**

Os três professores pesquisados foram categóricos em dizer que infelizmente a escola não possui esta condição e justificam dizendo que “nem por isso tem cruzado os braços, tanto a gestão como alguns professores têm buscado com parcerias em outras instituições alguns recursos pedagógicos adequados” (Prof. V). No entanto, concordam que há muito que se fazer neste sentido.

É importante ressaltar que a legislação brasileira posiciona-se pelo atendimento dos alunos com necessidades especiais preferencialmente em classes comuns das escolas, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino.

A inclusão escolar de alunos com deficiências, tais como: transtorno ou distúrbio no desenvolvimento, sensoriais, físicas ou cognitivas, no sistema regular de ensino, está assentada no contexto das propostas de “educação para todos”. Ou seja, no direito que toda criança tem à educação, fundamentado no Princípio da Inclusão e na Ética da Diversidade (MEC, 2004). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação apregoa, em seu artigo 4º, que: “o dever do Estado com a educação escolar será efetivado mediante a garantia do ensino fundamental e gratuito, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade própria”. Assim sendo, todas as crianças, sem distinção, têm direito de estar matriculadas nas Unidades Escolares.

Também é necessário que os alunos com necessidades educacionais especiais sejam atendidos por professores com formação. Na verdade, isto significa que o professor precisa construir saberes ligados à sua prática e relacionados e integrados à teoria, ao conteúdo, à organização, à gestão do ensino e da aprendizagem, ou seja, ter domínio de competências e

habilidades para gerir a sala de aula. No entanto, a formação continuada profissional não se faz antes da mudança de postura do docente, pois cada educador deve ser responsável por sua ação educativa, e esta mudança ocorre aos poucos, justamente durante o processo de reflexão dos saberes que vão sendo recontextualizados: o profissional da educação deve estar preparado para admitir que não domina todas as informações e saberes, que necessita de informação, de orientação, de aprender a aprender. Portanto, a escola precisa também estar preparada em suas estruturas físicas, isso exige uma atuação pedagógica preparada para alterar a situação de exclusão, dando ênfase a ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos.

Na questão quatro aos pesquisados foi perguntado: **quais as principais dificuldades encontradas para realizar o trabalho pedagógico com o aluno deficiente visual em sala de aula?**

A Prof. V relata que suas dificuldades se devem: a “sala ser superlotada, falta de recursos adequados, despreparo, insegurança por parte dos profissionais, falta de apoio de entes federados”.

Já o Prof. L e R falam que é por causa do “não domínio da linguagem braile, a inexperiência e a própria falta de recurso para todos trabalhar com esses alunos e, falta de conhecimento nesta área, falta de apoio pedagógico”. O que nos faz refletir que estes profissionais estão necessitando urgentemente serem capacitados na área, ou seja, que lhes seja oportunizado o conhecimento através de uma formação em Braile.

Veiga (2002) preconiza a necessidade da formação do educador, e salienta que é preciso compreender o papel da docência, propiciando uma profundidade científico-pedagógica que capacite o educador a enfrentar questões fundamentais da escola como instituição social, uma prática social que deve ser baseada na reflexão e crítica, que torna-se o centro de uma formação continuada que resultará em um aprendizagem significativa.

O desejo de ser um profissional cada vez mais competente, e a própria dinâmica do mercado de trabalho, levou o educador a buscar a sua própria formação. A auto-formação é um passo importante para qualquer profissional, onde o docente busca sua qualificação, remete-se a aprender e a estudar para poder exercer melhor a prática educativa.

A questão cinco enfatiza **os aspectos positivos para o trabalho pedagógico com o aluno com deficiência visual.**

Para os professores pesquisados os aspectos positivos são:

- ✓ A conscientização de sermos mais solidários, a busca de mais conhecimentos, a experiência profissional com o diferente (Prof. V);

- ✓ A própria interação com esses alunos, as descobertas, a conquista de novos conhecimentos, a busca pela superação (Prof. L);
- ✓ A inclusão desses alunos junto a sociedade (Prof. R).

Com base nisso é importante destacar que ensinar alunos com deficiência visual é algo que remete ao educador um fazer pedagógico reflexivo e criativo, desenvolvendo atividades que ajude a promover suas habilidades e competências comuns aos demais colegas. Fazendo isso, a inclusão desses discentes será contínua e garantida no ambiente escolar. Lembrando, o aprender a aprender é algo favorável a qualquer ser humano.

Na questão seis foi solicitado aos pesquisados que dissessem quais **as estratégias que os professores utilizam para desenvolver o trabalho pedagógico com o aluno com deficiência visual.**

A Prof. V enfoca como uma estratégia importante “aproximar mais, fazê-lo mais independente quando possível, desenvolver dinâmicas que faça uns tocarem nos outros, dar as mãos, fazê-lo sempre para sentar na frente”.

O Prof. L e R enfatizam que utilizam mais o diálogo, a conversa, oportunizando a interação dos mesmos com os demais colegas.

A questão sete pergunta aos professores em pesquisa, **quais as metodologias mais utilizadas por você para o trabalho pedagógico com o aluno com deficiência visual?**

Os professores pesquisados responderam:

“Roda de conversa, interpretação oral de textos e filmes, trabalho em grupo, leitura de histórias em braile, resolução de atividades expressas”. (Prof. V).

“A exposição verbal e oral é a metodologia mais utilizada e aplicação das avaliações escritas em Braile. (Prof. L).

“Trabalho mais oralmente com eles, fazendo perguntas e anotando os resultados”. (Prof. R).

Na questão oito foi solicitado aos pesquisados responder **quais os recursos que a escola disponibiliza para o trabalho com o aluno com deficiência visual?**

Nas respostas dos três professores da pesquisa eles descreveram que existem pouquíssimos livros na escola, alguns poucos livros de contos infantis em braile e a impressão de avaliações em braile.

Todo material é fonte de informação, mas nenhum deve se utilizado com exclusividade. É importante haver diversidade de materiais para que os conteúdos possam ser tratados da maneira mais ampla possível.

É importante que o educador acompanhe a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais com recursos pedagógicos adequados atentando para sua deficiência, pois isso facilitaria no desenvolvimento intelectual e a autoestima desses educandos.

### **5.3- Análise das Observações:**

Durante as observações, pude perceber que os professores e a escola, na medida do possível, oferecem vários recursos que favorecem a inclusão escolar dos alunos que têm necessidades educacionais especiais, como por exemplo:

- ✓ Possui uma biblioteca para os alunos realizarem suas pesquisas;
- ✓ Executam projetos pedagógicos voltados a temas que promove a aprendizagem de todos os envolvidos;
- ✓ Realizam reuniões familiares com palestras de conscientização e outros eventos;
- ✓ A comunidade escolar com um todo possui uma boa interação com os alunos deficientes visuais, todos aceitam e respeitam o seu espaço;
- ✓ Na sala de aula os deficientes visuais demonstram sentirem-se acolhidos tanto pelos colegas quanto pelos professores, pois todos procuram se aproximar deles constantemente.

No entanto, apesar de oferecer esses pontos positivos observados a escola também possui entraves que podem dificultar o trabalho pedagógico do professor, que possui alunos com necessidades educacionais especiais na sua turma, tais como: salas superlotadas; falta de professores especializados ou capacitados na área de educação inclusiva; Ausência de sala multifuncional; Pouco ou nenhum acompanhamento familiar; Falta de livros didáticos em braile e tecnologias assistivas e ausência de currículos reformulados voltados para uma proposta de educação inclusiva de qualidade.

Lembrando que a demanda de alunos com necessidades educacionais especiais nesta escola nas turmas pesquisadas é: uma aluna com perda total da visão (cega) e dois alunos com baixa visão.

Para todo educador é necessário saber que, para existir uma aprendizagem significativa, o professor deve compreender que a aprendizagem não depende exclusivamente do aluno, mas também de uma prática didática que disponibiliza envolvimento do aluno na aprendizagem.

Diante do exposto, ficou em evidência que existe a prática da exclusão escolar perante os alunos com necessidades educacionais especiais nesta escola. Percebi que esses alunos não



têm um apoio educacional adequado, e isso faz com que eles se sintam excluídos e desmotivados.

É importante ressaltar, que a escola não possui docentes especializados para trabalhar com alunos que tem algum tipo de necessidades educacionais especiais. Percebi que entre eles há uma certa distância do real conhecimento que poderia facilitar no trabalho pedagógico com esses discentes, ainda assim, nenhum educador deixa de cumprir com sua tarefa de educar e, além disso, são educadores que estão sempre abertos para as inovações.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada possibilitou conhecer a realidade da inclusão escolar e analisar se a prática pedagógica dos professores, que trabalham com alunos com deficiência visual do 6º Ano do Fundamental II da escola em questão, oportunizam o desenvolvimento das suas habilidades cognitivas, sociais e emocionais.

Pude constatar, mediante as respostas dos pesquisados, que os mesmos encontram várias dificuldades para desenvolver seu trabalho pedagógico perante esses discentes, tais como: falta de experiência, ausência de formação na área de educação inclusiva e pouco acompanhamento familiar junto aos alunos.

Além disso, pode-se considerar que o significado de inclusão escolar para os participantes varia de acordo com suas concepções, crenças e ideologias. O processo de inclusão envolve adequações da sociedade às necessidades de seus membros, cujo ponto de partida é tanto uma mudança na mentalidade quanto no comportamento e na atitude das pessoas.

Os significados de inclusão escolar para os participantes também estiveram relacionados à importância do preparo dos professores nos processos de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Portanto, cabe destacar que a inclusão escolar vem ganhando cada vez espaço nas instituições escolares em todo território brasileiro. Incluir não é apenas inserir o aluno na escola, mas criar condições e possibilidades para que ele se desenvolva nesse contexto, de acordo com seu ritmo próprio em aprender.

Destaca-se a necessidade de a escola possuir um atendimento especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais, isso iria contribuir para seu desenvolvimento e aprendizagem. O papel do educador é sempre atualizar-se, capacitar-se, ser criativo, reflexivo e buscar contribuir, da melhor maneira possível, no processo de inclusão do aluno na instituição de ensino, criando possibilidades diversas para seu desenvolvimento.

Vejo que há inúmeras dificuldades encontradas pelos os professores desta pesquisa em desenvolver um trabalho pedagógico de qualidade para com esses discentes, todavia a força de perseverança e o amor pela profissão nenhum deles desanima diante desses entraves. A cada dia eles buscam se superar em sala de aula.

Pelo fato de a escola não poder ainda oferecer recursos pedagógicos adequados às metodologias mais utilizadas por esses docentes é a oralidade e a impressão de avaliações em braile.

Acredito que um dos aspectos mais importantes verificados nesta pesquisa foi descobrir que mesmo diante das dificuldades encontradas pelos alunos deficientes visuais e pela comunidade escolar, ainda há preocupação de trabalhar a inclusão desses alunos no ambiente escolar com respeito à diversidade e atendimento às necessidades da maioria e minorias, fazendo se concretizar a chamada sociedade inclusiva.

Deixo aqui registrado, que também trabalho como educadora nesta escola, mas não na turma do 6<sup>a</sup> ano. Perante a realidade da escola e a ética profissional, passei a usar os conhecimentos adquiridos neste Curso de Especialização e fui atrás de parcerias e de recursos pedagógicos para que os professores da escola pesquisada pudessem oferecer aos educandos uma aprendizagem significativa. Hoje, a escola já recebe doações de livros em Braille pela Fundação Dorina Nowill para cegos, e através dessa atitude, está sendo desenvolvida uma socialização entre todos os alunos, é um passo a mais na garantia da inclusão dos educandos deficientes visuais.

Recomendo aos leitores que é preciso estar disposto a viajar no mundo da pesquisa, pois não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Pensar certo do ponto de vista do professor, tanto implica o respeito ao senso comum e o estímulo à capacidade criadora do educando. A pesquisa faz conhecer o que ainda não se conhece e comunicar ou anunciar a novidade.

## REFERÊNCIAS

AMPUDIA, Ricardo. O que é Deficiência Visual. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/deficiencia-visual-inclusao-636416.shtml>> Acesso em 13 de out. de 2015.

ANDRADE JORGE. Uma educação inclusiva de qualidade. Disponível em <<http://www.bengalalegal.com/unesco>>. Acesso 21 out. 2015.

ANDRÉ, M. E. D. A. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995.

BRASIL. Política Nacional de Educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Documento elaborado pelo o grupo de trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela Portaria n. 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008. Disponível em: <[www.bancoescola.com/politica\\_Educação\\_Esécial\\_jan\\_2008.doc](http://www.bancoescola.com/politica_Educação_Esécial_jan_2008.doc)>. Acesso em 08 de set. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria Especial. Educação inclusiva. Atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial. Entendendo a baixa visão: orientação aos professores. Brasília-DF: MEC, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC, 1994b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Escola de todos: é o Brasil aprendendo e crescendo com as diferenças. Brasília-DF: MEC, 2004.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB 2/2001. Institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201)>. Acesso em 18 jul. de 2015.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em 15 de set. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:<[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 20 de ago. de 2015.

\_\_\_\_\_. Lei 10 n. 10.172, de 9 de Janeiro de 2001(b). Aprova o plano nacional de educação e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em 20 de ago. de 2015.

\_\_\_\_\_. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <www.mj.gov.br>. Acesso em 10 de mai. 2015.

CHALITA, Gabriel. Educação: a solução está no afeto. São Paulo: Editora Gente, 2004. In. Caderno de conteúdo e atividades. 7º período de pedagogia (apostila) - Tocantins: Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), 2008, p. 606.

CORRÊA, Rosa Maria (Org.). O discurso sobre o outro e as práticas sociais. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012. 216p.

DECLARAÇÃO DE JOMTIEN. Declaração mundial sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Aprovada pela Conferencia Mundial sobre Educação para todos. Jomtien, Tailândia: 1990.

FREIRE, PAULO. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (coleção leitura).

GLAT, R. A Integração social dos portadores de deficiências: uma reflexão. Rio de Janeiro: Selte Letras, 1995.

GONZÁLEZ REY, F. L. EI aprendizagem em EI enfoque histórico cultural: Sentido Y aprendizagem. In: ARANTE [et al.]. (Ed). Concepções e práticas em formação de professores. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

KIRK, Samuel. Educação na criança excepcional. Tradução de Marília Zamella. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KELMAN, Celeste Azulay [et al.]. Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília-DF: Editora UnB, 2010.

LOCATELLI, Adriana Cristine Dias & VAGULA, Edilaine. Fundamentos da educação inclusiva: pedagogia. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

LIMA, Francisco. Dicas aos professores de alunos com deficiência visual. Disponível em <[http://www.lerparaver.com/dicas\\_professores](http://www.lerparaver.com/dicas_professores)>. Acesso em 21 out. 2015.

MAIOR, Isabel. Professores para uma sociedade inclusiva. Disponível em <<http://www.bengalalegal.com/professores>>. Acesso 21 out. 2015.

MAGALHÃES, R. C. B. P. Educação Inclusiva: escolarização, política e formação docente. Brasília: Liber Livro, 2011.

MACHADO, A. M; ALMEIDA, I. & SARAIVA, L. F. O. Rupturas necessárias para uma prática inclusiva. In. SILVA, I. R. & ANACHE, A. A. (Orgs.), Educação Inclusiva: Experiências Profissionais em Psicologia. Conselho Federal de Psicologia: Brasília/DF, 2009. p. 21-35.

MANTOAN, Maria Tereza Égler; PRIETO, Rosangela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

NEVES, M. M. B. J. & MACHADO, A. C. A. Psicologia Escolar e Educação Inclusiva: novas práticas de atendimento às queixas escolares. In. A. M. Martínez. Psicologia Escolar e Compromisso Social. São Paulo: Alínea, 2007. p. 95-113.

ONU (1994). Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 10 jun. de 2015.

OROZCO, Livia Barqueta. Inclusão Escolar de Alunos(as) com Necessidades Educativas Especiais a partir da Perspectiva de Psicólogos(as) Escolares. Brasília: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Curso de Psicologia, 2013.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Saberes, imaginários e representações na educação especial: a problemática ética da diferença e da exclusão social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

PORTAL SÃO FRANCISCO. Dia Nacional de Luta dos Portadores de Deficiência. Disponível em <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/outubro/dia-nacional-da-pessoa-portadora-de-deficiencia-fisica.php>>. Acesso em 17 set. 2015.

RAPOSO, P. N.; CARVALHO, E. N. S. de. Inclusão de alunos com deficiência visual. In: MEC/SEESP. Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC/SEESP, 2005. p. 140 - 144.

RAPOSO, P. N.; CARVALHO, E. N. S. A Pessoa com Deficiência Visual na Escola. In: KELMAN, Celeste Azulay [et al.]. Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. Brasília-DF: Editora UnB, 2010.

ROPOLI, Edilene Aparecida [et.al.]. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: MEC/SEE, 2010. v.1. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

ROPOLI, Edilene Aparecida [et.al.]. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Disponível em <[http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/25849?locale=pt\\_BR](http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/25849?locale=pt_BR)>. Acesso em 04 out. 2015.

SASSAKI, Romeu K. Inclusão construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, T. T. da. Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SIAULYS, M.O de C. A inclusão do aluno com baixa - visão no ensino regular. Brasília, Distrito Federal: MEC/SEESP, 2006.

SOUZA, M. P. R. (2010). Psicologia Escolar e política públicas em Educação: desafios contemporâneos. Em Aberto, 23(83): p. 129-149.

TONELLO, Maria Georgina Marques. Inclusão nas aulas de educação física: aspectos conceituais e práticos. In: SCARPATO, Maria (org.). Educação física: como planejar as aulas na educação básica. São Paulo: Avercamp, 2007. p. 157 - 181.

VICENTINI, Dalva Linda e GASPARIN, João Luiz. O trabalho pedagógico na perspectiva multi/ intercultural: em busca de ações didáticas. Disponível em <[http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2009\\_2010/pdf/2009/54.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2009_2010/pdf/2009/54.pdf)>. Acesso em 10 out. 2015.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Formação de Professores: Políticas e Debates. São Paulo: Papirus, 2002.

## APÊNDICES

### Apêndice A – Questionário para o Professor (Modelo)

Prezado (a) Professor (a)

Estou fazendo uma pesquisa com o objetivo de auxiliar a coleta de dados para o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pela Universidade de Brasília – UnB, cujo tema \_\_\_\_\_ e gostaria de contar com sua colaboração preenchendo esse questionário.

Por favor, procure responder com bastante sinceridade ao questionário e não se preocupe, pois suas respostas serão utilizadas apenas para o fim de estudo na pesquisa. Sua identidade será preservada.

Conto com sua colaboração!

Vagna Nogueira dos Santos

#### a) Dados de Identificação

- 1- Nome:
- 2- Idade:
- 3- Formação:
- 4- Tempo de atuação na educação:
- 5- Tempo de atuação na escola pesquisada:

#### b) Acolhimento x interação

- 1- Na sua percepção, como é o acolhimento dos alunos com deficiência visual nesta escola?
- 2- Descreva, na sua opinião, como é a interação dos alunos deficientes visuais no ambiente escolar?
- 3- Na sua percepção como é a interação dos alunos deficientes visuais com os colegas de sala?

#### c) Prática Pedagógica

- 1- Para você o que é inclusão?
- 2- Na sua percepção como é a aprendizagem do aluno com deficiência visual?



- 3- A escola tem infraestrutura e corpo técnico-pedagógico especializado para recepcionar e garantir o acesso e a permanência de alunos com necessidades educacionais especiais (deficiência visual)? Justifique sua resposta.
- 4- Quais as principais dificuldades encontradas para realizar o trabalho pedagógico com o aluno deficiente visual em sala de aula?
- 5- Quais são os aspectos positivos para o trabalho pedagógico com o aluno com deficiência visual?
- 6- Quais as estratégias que você utiliza para desenvolver o trabalho pedagógico com o aluno com deficiência visual?
- 7- Quais as metodologias mais utilizadas por você para o trabalho pedagógico com o aluno com deficiência visual?
- 8- Quais os recursos que a escola disponibiliza para o trabalho com o aluno com deficiência visual?



## ANEXOS

### Anexo A - Carta de Apresentação (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

**Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB**

**Polo:** \_\_\_\_\_

**Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a)** \_\_\_\_\_

**Instituição:** \_\_\_\_\_

### Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S<sup>a</sup> o(a) cursista pós-graduando(a) \_\_\_\_\_ que

está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
 Coordenador(a) do Polo ou Professor(a) -Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diva Albuquerque Maciel**

## Anexo B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre \_\_\_\_\_. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de \_\_\_\_\_ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como \_\_\_\_\_ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone \_\_\_\_\_ ou no endereço eletrônico \_\_\_\_\_. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Professor

Nome do Professor: \_\_\_\_\_

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_